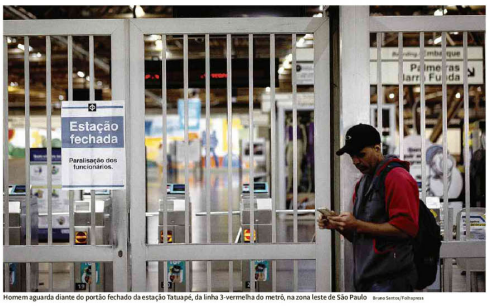
FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 04/10/2023 - 05:59

Greve em SP para trens e desobedece juiz



Homem aguarda diante do portão fechado da estação Tatuapé, da linha 3-vermelha do metrô, na zona leste de São Paulo Bruno Santos/Folhapress

Contra privatizações, greve desafia Justiça e paralisa transporte de SP

Gestão Tarcísio acusa sindicatos de motivação política; serviços serão retomados nesta quarta (4)

SÃO PAULO Apesar de proibição judicial, trabalhadores do sistema de transporte sobre trilhos de São Paulo pararam quatro linhas do Metrô e cinco da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) nesta terça-feira (3) em protesto contra o plano de concessão à iniciativa privada das empresas pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A greve, organizada em conjunto com servidores da Sabesp (Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo), foi acusada pelo governo de ter motivação política, e não trabalhista. Decisões na Justiça do Trabalho determinaram, na semana passada, que tanto o Metrô quanto a CPTM funcionassem com capacidade total nos horários de pico e 80% do efetivo nos demais, o que não ocorreu.

A greve não vai continuar nesta quarta (4). Os sindicatos que representam os trabalhadores da CPTM e Sabesp já tinham anunciado que a ação iria durar apenas 24 horas, e acabarta às 23h59 desta terça. Já os metroviários decidiram em assembleia durante a noite interromper a paralisação.

Passageiros foram forçados a mudar rotas, pegar ônibus e carros de aplicativos ou ampliar o trajeto com as linhas concedidas que continuaram em operação. Na capital, o rodízio de veículos foi suspenso, e o trânsito ficou acima da média em todas as regiões pela manhã. Aulas foram suspensas nas escolas estaduais.

Os grevistas pediram na Justiça o direito de substituir a paralisação por protesto com catracas livres, reivindicação histórica da categoria. O TRT (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região) recusou a possibilidade. A juíza Raquel Gabbai de Oliveira, que julgou a ação sobre a greve na CPTM, aceitou o argumento da estatal de que liberar catracas provocaria tumulto e acidentes.

Nesta terça (3), a empresa pediu que três sindicatos da categoria fossem multados, juntos, em R$ 1 milhão pela greve. A juíza entendeu que os trabalhadores descumpriram a decisão e elevou a multa a R$ 500 mil para cada uma das entidades, totalizando R$ 1,5 milhão. A Justiça determinou ainda uma multa de R$ 2 milhões ao sindicato que representa os metroviários.

Passageiros discutem na estação Pinheiros, da linha 4-amarela do metrô, que seguiu funcionando em meio à greve dos transportes em São Paulo Adriano Vizoni/Folhapress

Uma seção especializada do TRT ainda vai julgar se as multas deverão ser aplicadas.

Além de chamar a greve de ilegal, o governador Tarcísio acusou os sindicatos de agirem com "clara motivação política". "Se eles [sindicatos] não respeitam nem os cidadãos, nem a Justiça, vão respeitar quem?", disse, em entrevista à rádio Jovem Pan. Os sindicatos não Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista.

"No ano que vem temos eleições municipais e está muito clara a motivação deles. Como vamos ter um prefeito que não dialoga com o governo?", afirmou. Tarcísio, em aliança ao deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), pré-candidato à prefeitura paulistana em 2024 com o apoio do PT. Boulos é um dos críticos à privatização da Sabesp.

Provável rival de Boulos no pleito do próximo ano, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) criticou a paralisação. "Ver todo esse sofrimento das pessoas, acompanhei desde cedo, por uma manifestação ilegal deixa a gente revoltado", afirmou ele à Folha. "O radicalismo inclusive de descumprir decisão judicial que determinou a manutenção das linhas nos horários de pico e não cumpriram. Esse é o PSOL, o partido do caos."

O mandatário disse ainda não ter objeções a privatizações, mas que seu apoio depende dos benefícios que elas podem trazer para a população.

Tarcísio reiterou que as greves não vão impedir que a gestão continue estudando as concessões que, segundo ele, têm como objetivo a melhoria do transporte e da experiência do cidadão. "Temos a confiança de que podemos fazer mais e melhor, e não vamos parar. Lamento o transtorno do cidadão que teve o direito ao transporte tolhido."

O Sindicato dos Metroviários rebateu as declarações dizendo que a greve é trabalhista e em defesa do transporte público. "As privatizações ameaçam o emprego, elas ameaçam direitos dos trabalhadores. Então, essa greve tem uma motivação trabalhista também. Mas não só. Ela tem uma motivação de defesa do transporte público", disse Camila Lisboa, presidente do Sindicato dos Metroviários.

"É uma greve de interesse social, porque estão em jogo as condições e a qualidade de um serviço essencial para a população, tanto em relação ao transporte público quanto em relação aos serviços de água e saneamento básico."

Com relação ao não cumprimento de decisões judiciais, Lisboa afirmou que os trabalhadores estão batalhando pelo seu direito de greve e que o sindicato está recorrendo.

Centro da disputa entre grevistas e governo, o plano de repassar serviços públicos à iniciativa privada é considerado estratégico pela gestão Tarcísio. Os planos para o Metrô, a CPTM e a Sabesp estão em estágios de maturidade diferentes. As propostas enfrentam resistência de sindicatos de funcionários das estatais, de movimentos sociais e partidos de esquerda.

A venda da Sabesp é o projeto mais avançado até agora. A gestão Tarcísio quer enviar o projeto de lei da desestatização ainda neste mês e espera aprová-lo até o fim do ano.

A intenção é vender participação do governo na empresa e ficar com menos da metade das cotas, ou seja, repassando a administração para o setor privado. Os detalhes finais da proposta, como a participação do governo na empresa, ainda estão sendo definidos.

Em relação à CPTM, o governo estadual encomendou um estudo para privatizar todas as linhas que hoje são administradas diretamente pela empresa pública. Elas funcionariam no mesmo modelo em vigor nas linhas 8-diamante e 9-esmeralda, com administração privada e fiscalização do poder público.

É esse o caso que atrai a maior parte das críticas de funcionários e usuários, pois desenha a concessão para a ViaMobilidade houve um aumento de casos de descarrilamento e outros tipos de falha.

Na entrevista desta terça (3), pela manhã, Tarcísio declarou que as únicas linhas que continuavam funcionando na greve eram as privatizadas, o que demonstra, segundo ele, que as concessões têm bom resultado para a população. A tarde, porém, uma falha no sistema elétrico interrompeu a circulação de parte da linha 4, que vinha sendo usada pelos passageiros como alternativa.

No Metrô, alguns planos já estão em andamento. Está prevista a concessão dos serviços de atendimento ao público nas estações, hoje feito por servidores públicos, e da manutenção da linha 15-prata. Os dois projetos estão agendados para o mês de outubro.

Perto da estação Corinthians-Itaquera, da linha 3-vermelha do metrô, José Rosimar da Silva 45, ouvia o discurso de militantes. "A greve atrapalha sim, mas concordo com a reivindicação." **Tulio Kruse, Leonardo Soarick, Lucas Lacerda, Isabella Menon, Francisco Lima Neto, Fábio Pescarini, Clayton Castelani e CP**

> Temos a confiança de que podemos fazer mais e melhor, e não vamos parar. Lamento o transtorno do cidadão que teve o direito ao transporte tolhido
>
> **Tarcísio de Freitas (Republicanos)**
> governador de São Paulo

> As privatizações ameaçam o emprego, elas ameaçam direitos dos trabalhadores. Então, essa greve tem uma motivação trabalhista também. Mas não só. Ela tem uma motivação de defesa do transporte público
>
> **Camila Lisboa**
> presidente do Sindicato dos Metroviários

Legalidade de paralisação por razões políticas divide opinião de especialistas

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO A legalidade da greve desta terça (3) dos servidores do transporte público, classificada como política pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), é uma bola dividida entre advogados e a Justiça do Trabalho.

De um lado, a Constituição assegura o direito de greve e a decisão sobre os motivos pelos quais a manifestação é convocada ao trabalhador. Por outro, há jurisprudência no TST (Tribunal Superior do Trabalho) que define a greve como abusiva caso fuja caráter político.

"A lei [artigo 9º da Constituição] não estabelece uma categoria de greve. Isto foi um entendimento criado pela doutrina e pela jurisprudência. Todo o contexto deverá ser analisado, não é a privatização que vai gerar a legalidade ou a abusividade [da paralisação], mas sim se houve violação de direitos coletivos", afirma a advogada Giovanna Purga Martinez, do escritório Mello Torres.

Para Antonio Rodrigues de Freitas Júnior, advogado e professor de direito do trabalho da USP, os trabalhadores definem o momento e os objetivos da paralisação amparados na Constituição Federal e na OIT (Organização Internacional do Trabalho). A missão deste órgão, vinculado à ONU, é promover igualdade e condições de trabalho.

"A OIT já se posicionou sobre casos assim no Brasil e afirma que a greve não vale apenas para reivindicações salarial ou condições de trabalho", diz Freitas Júnior.

O professor cita caso de 1992, quando a OIT considerou que o direito de greve dos petroleiros foi violado e recomendou que o governo facilitasse a reintegração de 59 demitidos. A paralisação durou 32 dias, e o TST considerou o movimento abusivo.

Em 2021, o tribunal considerou, por maioria dos votos, que uma greve dos petroleiros realizada em 2018, que levou à paralisação de caminhoneiros, também foi abusiva e, desta vez, teve caráter político em sua motivação.

Relator deste caso, o ministro Ives Gandra Martins vislumbrou que "quando a motivação desborda para o campo político, a greve não se insere no direito coletivo dos trabalhadores, pois a disputa é, na realidade, política-partidária".

A FUP (Federação Única dos Petroleiros) deflagrou uma greve contra as privatizações. O movimento durou um dia e meio.

Após a decisão do TST em 2021, a FUP e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) protocolaram representação na OIT, que reiterou o entendimento do primeiro caso, ocorrido em 1992, e orientou o Judiciário a repensar o sistema de multas aos sindicatos.

"Há disputas de entendimentos, a visão pode ser dos empresários, dos empregados, do governo, da OIT e dos sindicalistas", afirma Freitas Júnior.

"Entre eles, o entendimento da OIT é o que se mostra mais legitimado pela natureza tripartite [reúne representantes de empresários, trabalhadores e governos] das decisões e pela credibilidade da instituição", completa o professor da USP.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2026.